O CORPO COMO POTÊNCIA ORGANIZATIVA: A GESTÃO ORDINÁRIA E A ADMINISTRAÇÃO MENOR

Paula Gontijo Martins
paula.martins@unifal-mg.edu.br
Gabriel Farias Alves Correia
correiagabriel@id.uff.br
Alexandre de Pádua Carrieri
alexandre@face.ufmg.br

Resumo
O objetivo do presente ensaio teórico é discutir e compreender o organizar como uma prática corporal, cotidiana e micropolítica inscrita nas artes de fazer da vida ordinária. Alinhados aos Estudos Organizacionais interessados nos modos de vida socialmente organizados por uma administração menor, buscamos expandir as possibilidades de invenção, criação e compreensão das possibilidades de nos organizarmos em sociedade com foco no corpo e suas práticas. O texto traz como referência empírica a pesquisa cartográfica sobre as forças imanentes que organizam e compõem a vida de mulheres que dançam em bailinho de terceira idade em Belo Horizonte. Além da presença e habitação do território bailinho com toda a intensidade que lhe é inerente, a fim de perceber e identificar as forças que perpassam e *afectam* os corpos ali presentes, foram realizadas 16 entrevistas em profundidade. Como resultados, encontramos que no bailinho, as mulheres organizam redes de afeto e performances que desafiam a lógica da "velhice improdutiva"; não havendo hiato entre as ações domésticas, o cuidado e a produção/organização do espaço público. É preciso validar a agência política de que um corpo é capaz. A revolução do organizar está, portanto, na atenção e cuidado, do cotidiano menor dos corpos.
Palavras-chave: corpo; administração menor; gestão ordinária.

1 Introdução

O objetivo deste ensaio teórico é discutir e compreender o organizar como uma prática corporal, cotidiana e micropolítica inscrita nas artes de fazer da vida ordinária. Para tanto, partimos da compreensão de que o organizar não se constitui como algo estático vinculado às estruturas formais, mas um verbo que se realiza nos fluxos da vida cotidiana, nos afetos e nas práticas corporais que sustentam a própria existência, assim como argumentado por Burrell e Morgan (1979), Cooper (2007, 2009) e Souza et al. (2015). Nesse movimento, o cotidiano revela-se não como espaço passivo de reprodução, mas como território de resistência e (re)criação (DE CERTEAU, 2012; CARRIERI, 2014; MARTINS et al., 2023), com destaque para a dimensão corporal no encontro de linhas de fuga que permite a reinvenção incessantes do viver, e assim, a manutenção da existência em determinadas condições de vulnerabilidade (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

Teoricamente, partimos do pressuposto de que existe um plano de organização voltado às classificações, às identidades e à reprodução de modelos centrados em si mesmos (sistema arbóreo), tal como ocorre nas funções administrativas tradicionais e hegemônicas. Contudo, há também um plano de consistência (BETHONICO; ROMAGNOLI, 2016) ou plano de composição (SCHOPKE, 2004; KLINGER, 2014) que sai do domínio da representação e entra no domínio da experimentação, das intensidades e do singular, na profusão de forças, na pulsão de vida, apostando nas invenções de um sistema sem centro, rizomático (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

Dessa forma, juntos aos Estudos Organizacionais interessados nos modos de vida socialmente organizados (GOUVÊA et al., 2018; CORREIA; CARRIERI, 2019; MARTINS et

al., 2023; FUJIMORI; ICHIKAWA, 2023; KLOZOVKSI et al., 2024), este trabalho se propõe a expandir as possibilidades de invenção, criação, compreensão das possibilidades de nos organizarmos em sociedade, mas, com foco e atenção sobre "o que pode um corpo" (DELEUZE, 1968), no corpo e em suas práticas (SOUZA et al., 2015).

Integrada à discussão sobre a gestão ordinária, também trazemos como pano de fundo teórico o conceito de administração menor (MARTINS, 2021; MARTINS et al., 2023). Uma administração que tensione o pensar e o fazer das relações sociais produtivas, buscando abarcar a imanência da vida e assim expanda em atenção e cuidado forças e formas de atuação até então não autorizadas (BARROS; CARRIERI, 2015). Administração atenta a modos de existir revolucionários, vaga-lumes, como ressalta Didi-Huberman (2011), que iluminam, dão pistas, para uma vida mais potente, alegre, inventiva. E, assim, explicitar não apenas as segmentaridades duras, mas também (e é justamente aí que reside a diferença) aquilo que vaza, foge e escapa às organizações binárias e funcionalistas, bem como à colonização de nossas forças vitais de criação e transcriação nas relações micropolíticas do cotidiano (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

A palavra menor não indica uma importância inferior. Com referência ao conceito de literatura menor, desenvolvido por Deleuze e Guattari (1977), o termo desloca esses significados, dando ênfase às forças e intensidades singulares, que permeiam as micropolíticas cotidianas. O menor remete, assim, a movimentos de diferenciação e a combinações inéditas que rompem com sentidos fixos e permanentes dos fenômenos ao longo do tempo. É, como anteriormente desenvolvido por Tótora (2016), a recusa aos modelos que aspiram ao majoritário. Constitui invenção de desvios, de linguagem própria.

Neste texto, nos concentramos para elencar pistas, dicas, pontos de atenção em relação ao corpo e suas práticas, para a construção de uma administração inventiva, faceira, aberta e atenta às forças que extrapolam os pilares de modelos institucionalizados pelo *mainstream* da área. Estas são organizações de cunho gerencialista, inspiradas na reestruturação produtiva pós-fordista e na cultura do empreendedorismo, que floresceram durante a década de 1980 e que possuem como norte a máxima garantia de efetividade produtiva. Buscando avançar nas concepções de gestão ordinária e de administração menor, a atenção ao corpo procura reconhecer, no cotidiano, a complexidade da manutenção da vida de todos os dias, espaço em que se produzem as condições de continuidade da existência.

Para além de um corpo controlável, Soares (2022) destaca a importância de compreendê-lo em seus campos de força e em suas potências. A autora reconhece a existência na história de movimentos que pretendem governá-lo, mas que alcança um *status* que expõem fragilidades destas pretensões. Estudar sobre e com o corpo, é estar aberto para refazer sentidos das diversas experimentações possíveis dele.

Além da mobilização teórica sobre o tema, o texto apresenta como referência empírica uma pesquisa cartográfica acerca das forças imanentes que organizam e compõem a vida de mulheres que dançam em um bailinho da terceira idade, no centro da Belo Horizonte. O estudo acompanhou mulheres que frequentam cotidianamente esse espaço entre terça e sexta-feira, das 16h às 20h, no Bailinho da Tia Naná, criado por Maria Godoy Marcondes (Naná), no ano de 1989. De setembro de 2018 a dezembro de 2019, frequentamos o salão, conversamos com as mulheres no salão de baile e/ou na casa delas. Tentamos dançar, estar, habitar aquele território com toda a intensidade que lhe é inerente, a fim de perceber e identificar as forças que perpassam e *afectam* os corpos ali presentes. Ao total, foram produzidos na pesquisa: cinco diários de bordo (cinco cadernos ao total), seis cartas narrativas autobiográficas do início da pesquisa e dezesseis entrevistas em profundidade, gravadas e integralmente transcritas.

Importante ressaltar que por meio do processo cartográfico (DELEUZE; GUATTARI, 2011) somos convidados a acompanhar a complexidade do plano imanente de forças que compõem a vida, mapeando os aprisionamentos e as potências que aí são produzidas. Deleuze

e Guattari (1996) explicam que identificamos as relações entre forças pela forma de funcionamento, por seus efeitos nos corpos, que se dão na ordem do macro e do micropolítico. A macropolítica se organiza por classificações, segmentos, linhas. Dentro desta esfera de forças, somos segmentarizados de forma binária, circular, linear, que, de certa forma, recaem em um centro. Já a micropolítica se faz perceptível nos fluxos das intensidades, nos fluxos (de crenças e de desejos), no movimento das intensidades que atravessam os estratos, os territórios, os corpos, pela natureza de sua "massa". Situada no plano de consistência ou composição, a micropolítica pulsa e não se subdivide em estamentos.

Buscamos, então, habitar aquele salão, deixando-nos *afectar* por essas forças-linhas. Apurando a percepção de seus efeitos naquele espaço, nos corpos daquelas mulheres e no corpo da pesquisadora em campo, buscamos perceber o funcionamento de linhas duras, flexíveis e de fuga, voltando a atenção ao campo micropolítico, às composições e àquilo que geralmente escapa aos estudos organizacionais. Com isso, buscamos possibilitar a expansão ética da escola que habitamos.

Chegamos ao bailinho curiosos por uma história específica, a história de Dona Jandira, senhora de 94 anos, que dança quase todos os dias com seu namorado, trinta anos mais novo que ela. Ela dança das quatro às oito da noite, mesmo que, no outro dia, fique na cama. Aquela história nos intrigou e desencadeou as perguntas que propulsionaram a pesquisa naquele momento: como e por que aquelas mulheres com mais de sessenta anos, ao dançar, afrontam o esperado, os modelos vigentes de vida, as formas com as quais estamos habituados? Como estas mulheres nos sinalizam outros modos de existir, outras possibilidades de nos organizarmos? A partir desses encontros/confrontos, buscamos produzir deslocamentos no pensamento, deixando-nos *afectar* por aquilo que nos retirava das zonas de conforto (BETHONICO; ROMAGNOLI, 2016). Começamos a frequentar o bailinho, a conversar com as pessoas dali e, pouco a pouco, começamos a ver o que não víamos, ouvir o que não ouvíamos. Foi nesse movimento de aproximação com o cotidiano daquelas mulheres que passamos a compreender o corpo como espaço de composição micropolítica e de produção de modos outros de organizar a vida.

Sobre a estrutura do texto, dividimos o argumento em cinco seções, a contar esta introdução. Na segunda, apresentamos nossas fundamentações teóricas sobre gestão ordinária, administração menor e o corpo. Em seguida, realizamos nossas discussões tendo como *lócus* o caso do Bailinho da Tia Naná, em Belo Horizonte. Por fim, tecemos nossas considerações finais sobre o trabalho.

2 Fundamentação Teórica

2.1. Gestão Ordinária

Para compreendermos o que se entende como gestão ordinária, é preciso retomarmos os aspectos que levam ao ponto de referência atualmente consolidado. O termo parte dos estudos de Carrieri (2012) que, em sua tese de titular, busca mobilizar aspectos brasileiros e locais para compreensão de relações sociais e formas de organizar da pessoa comum, incluindo estratégias e táticas de sobrevivência, os usos e sentidos dos espaços organizativos, bem como sua rede de relações.

A escolha pela gestão ordinária, publicada pela primeira vez por Carrieri et al. (2014), é ancorada em autores como Benjamin (2006), que dá ao cotidiano a importância de significar o insignificante, as histórias dos costumes despercebidos, e De Certeau (2012), que busca compreender o cotidiano por meio das práticas sociais, ancoradas nas estratégias e táticas. As primeiras, se relacionam aos cálculos de relações de força, com o poder que é exercido em um lugar próprio. Ao mesmo tempo, as táticas surgem como movimentos relacionados ao contexto em que se dedica. Oportunistas, elas atuam nas brechas e nas fissuras do poder dominante, de modo criativo e inventivo, com o objetivo de gerar ganhos imediatos por meio de um saber

popular. De Certeau (2012, p. 74) considera que popular se refere “a maneira de utilizar sistemas impostos. Constitui a resistência à lei histórica de um estado de fato e a suas legitimações dogmáticas”. Ainda, o autor coloca que se atentar para o popular é valorizar as inversões das hierarquias de saber e de poder.

Diante das referências de Benjamin e De Certeau, Carrieri et al. (2014) e Barros e Carrieri (2015) partem de uma crítica aos padrões homogeneizantes que construíram a Administração durante o século XX e buscaram conduzir as práticas de gestão como alcance de padrões de eficiência e eficácia, segundo parâmetros funcionalistas e utilitaristas. O gerencialismo, legitimado como padrão, influenciou estudos que colocavam o ambiente organizacional como modelo a ser seguido, influenciando noções que tratam das organizações apenas a partir dos aspectos rígidos, formais, hierárquicos, produtivos e controlados, como anteriormente apontado por Barros et al. (2011).

As teorias tradicionais da Administração construíram discursos sustentados na ideia de um conhecimento neutro, racional e universal, legitimando formas específicas de gerir e produzir organizações em detrimento de outros saberes e racionalidades (MARTINS; CORREIA, 2023). Nesse processo, a Administração, grafada em maiúsculo enquanto disciplina moderna, consolidou-se como lugar de saber-poder, produzindo hierarquias que marginalizaram práticas organizativas ordinárias, populares e cotidianas (CABANA; ICHIKAWA, 2017; GOUVÊA et al., 2018). Contudo, como já apontavam Carrieri et al. (2014) e, posteriormente, autores como Davel et al. (2020), Carrieri e Correia (2020), Wanderley e Bauer (2020) e Daher et al. (2024), nenhuma teoria é capaz de apreender integralmente a realidade social, existindo resistências, fissuras e “pontas soltas” que escapam às tentativas totalizantes do gerencialismo.

Ao disseminar modelos de gestão por meio de uma visão funcionalista, o gerencialismo determinou procedimentos organizacionais que deveriam ser seguidos por todos aqueles que quisessem refletir sobre as organizações. Procedimentos foram padronizados e, tudo aquilo que não atendesse ao esperado em termos de forma, estrutura, contexto, pessoas e histórias, ficou em segundo plano. As organizações e seus procedimentos, desta forma, se tornam incompatíveis com pensamentos diversos, em uma distorção do processo de ensino do processo administrativo (VIZEU, 2010; BRIDGMAN et al., 2019; WANDERLEY; BARROS, 2019, WANDERLEY et al., 2021).

Diante de um padrão estabelecido, Carrieri et al. (2014) e Barros e Carrieri (2015) buscaram apresentar formas alternativas de pensar as organizações que valorizassem suas histórias, suas relações, memórias e significações por meio da gestão ordinária. Sobrelevando alternativas, os autores mobilizaram os acontecimentos cotidianos da Pessoa comum, indo além da reprodução mecânica e constante de ações automatizadas para valorização da diversidade de possibilidades, das memórias difusas, do tempo para atividades tidas como improdutivas no contexto organizacional. Com essa iniciativa, os autores buscaram abarcar os saberes tradicionais, as iniciativas populares, as invenções, as astúcias e os usos do tempo descomprometido com a produtividade econômica da vida.

As práticas da gestão ordinária evidenciam formas de resistência que operam por meio de táticas contextuais, oportunistas e criativas, constituídas na inteligência cotidiana dos sujeitos comuns. Diferentemente das estratégias associadas ao poder institucionalizado, ao controle e ao acúmulo futuro, as táticas se articulam nas brechas do cotidiano, apropriando-se do tempo, do espaço e das circunstâncias para sustentar formas ordinárias de existência. Nesse movimento, os sujeitos não apenas reproduzem estruturas sociais, mas reinventam continuamente seus modos de viver, organizar e sobreviver a partir de práticas relacionais, afetivas e sensíveis (CARRIERI et al., 2014; GOUVÊA et al., 2018; FUJIMORI; ICHIKAWA, 2023; MARTINS; CORREIA, 2023; CARRIERI, 2023; KLOZOVSKI et al., 2024; ROSA et al., 2025)

Martins et al. (2023) considera que a gestão ordinária possibilita o estudo de formas de saber e fazer na vida social organizada se interessando, conforme complementam Rosa et al. (2025), nas múltiplas atividades culturais e identitárias da vida comum. Para compreendê-la, é preciso questionar os regimes de verdade, bem como as construções históricas que diminuíram os saberes praticados nas periferias dos dominantes. Interessa, para esta mobilização teórica, a articulação cultural, social, histórica, memorialística e identitária que aprimoram o fazer gestão em seus múltiplos aspectos. O conhecimento administrativo, nesse sentido, torna-se um chamado à valorização coletiva das experiências ordinárias inscritas no cotidiano e no corpo, reconhecendo que o organizar emerge das práticas sensíveis, relacionais e micropolíticas que sustentam a existência comum (MARTINS; CORREIA, 2023).

Para além da rotina, o trabalho com o cotidiano na gestão ordinária abarca uma prática social e cultural constituída por uma multiplicidade de códigos, referências, interesses pessoais e relacionais, histórias e memórias, além de experiências coletivas. Uma resistência contra operações de poder que buscam impor modelos racionais, puros, neutros, absolutos e universais (CARRIERI, 2012, 2023). Nesse movimento, o cotidiano passa a ser compreendido como espaço de produção sensível da vida, das visões panorâmicas, das experiências, do sentir, do corpo e das artes de fazer que permitem aos sujeitos ordinários reinventarem seus atos. Longe de representar um espaço de passividade, o cotidiano constitui um campo de disputas onde táticas reapropriam tempos, espaços e corpos, transformando a vida ordinária em potência organizativa. É nesse movimento que o organizar emerge como prática corporal (SOUZA et al., 2015) e micropolítica inscrita nos gestos cotidianos, revelando que a sustentação da vida comum ocorre por meio de saberes sensíveis, afetivos e relacionais historicamente marginalizados pela racionalidade gerencial moderna.

Reconhecer a gestão ordinária implica, portanto, experimentar o mundo a partir das sensibilidades do cotidiano, olhando, ouvindo e acompanhando as práticas que sustentam a vida comum. Mais do que observar estruturas formais, interessa-nos compreender os modos pelos quais sujeitos ordinários organizam suas existências por meio de saberes relacionais, afetivos e corporais historicamente marginalizados pela racionalidade gerencial moderna. Nesse movimento, o organizar deixa de ser compreendido apenas como técnica ou estrutura e passa a ser entendido como prática micropolítica inscrita nos corpos, nos gestos, nos deslocamentos e nas artes de fazer da vida cotidiana. É nesse plano das experiências ordinárias que emergem formas menores de administração capazes de sustentar a vida para além das racionalidades produtivistas do *mainstream* da Administração.

2.2. A Administração Menor

A análise das dimensões dos espaços sociais, para além das representações, é relevante para os estudos organizacionais, pois constituem um meio de intervenção dos sujeitos e apresentam arranjos de práticas heterogêneas. De acordo com Lazzarato (1998), nesses espaços, existem possibilidades de se inventar dispositivos de produção de subjetividade que correspondam ao tempo potência e ao tempo de vida. As singularidades e os momentos oportunos, nos quais as coisas se mostram não como necessariamente pareciam ser (Foucault, 2006), constituem espaços-tempos únicos que precisam ser incentivados.

Quando Deleuze e Guattari (1977) referem-se aos escritos de Kafka como uma literatura menor, defendem um experimento-invenção que afronta o padrão ou modelo de uma maioria. A palavra "menor" busca fazer valer a potência de um devir. "Minoritário é diferenciar-se, subtrair-se, promover desvios, escapar traçando uma linha de fuga de tudo o que é identificável. Um escritor ou poeta minoritário é aquele que inventa na língua e faz nascer o novo no mundo: objetos e individuações" (TÓTORA, 2016, p. 203).

Os estudos organizacionais apresentam, entre as suas diversas possibilidades de pesquisa, reflexões sobre o cotidiano e a gestão ordinária, incluindo aspectos relevantes que o

discurso hegemônico, muitas vezes, exclui (GOUVÊA et al., 2018). A proposição por uma administração menor (MARTINS et al., 2023) mobiliza algumas apostas-pistas que podem contribuir para processos interessados na preservação não apenas do instituído, mas das potências de inventividade.

1. Aposta na potência, e não no problema, ou falta. Observação atenta ao que move o desejo e a vontade, de onde emana a força de ação do grupo em questão e sua capacidade inventiva para a criação de alternativas não formuladas até então. E confiante na potência inventiva, aposta-se no desconhecido, em que se aprende o novo. Aposta-se na coragem de sair do conforto para explorar domínios ainda inabitados. Se não há padrão instituído, há multiplicidade, diversidade, outras possibilidades de continuidade de um processo. Multiplicidade de possibilidades, de saídas e respostas às situações vivenciadas. Há aprendizagem coletiva de limites, possibilidades, potências, alternativas, interações, com as forças que aparecem e desaparecem, nas distintas situações.
2. Aposta nos saberes múltiplos, na diversidade de possibilidades de entradas e saídas, nas diversas possibilidades de invenção da vida e de soluções cabíveis, assim como a velhice-rizoma, proposta por Barreto (2018), assim como a discussão sobre gênero cunhada por Butler (2003, 2007), ou o conceito de mulher trazida por Braidotti (2000). Se não há único modelo, única forma de pensar e seguir; há singularidade, localização de saberes, atentos às especificidades das forças que compõem os percursos. Os padrões de pensamento e ação tomados como verdade até então pela administração podem e devem ser questionados. Há outras formas de fazer que podem ser instituídas por outras formas de se pensar as categorias existentes. Processos de seleção, estruturação de cargos, distribuição dos resultados, todos esses aspectos revelam relações coloniais de restrição de acesso e partilha. Olhares cuidadosos reclamam por abertura, participação, redistribuição e mudança de rota.
3. Aposta no corpo sem órgãos, bastante distinto dos órgãos sem corpo, das máquinas operárias aos quais nos transformamos (BRAIDOTTI, 2000). Busca do corpo que dança em potência alegre. Corpo sensível ao que permite que a vida continue em composição, e não apenas em função/organização para. Corpo que afecta e permite ser afectado (em sentido deleuziano), pois se percebe integrado, e não em funcionamento isolado. Em escuta atenta, o corpo sem órgãos percebe-se em processo de co-condução, em fluxo, desprendendo-se do sentido de autoria. Cria-se junto, tece-se em confiança. Uma administração menor, feminista, antirracista, anticlassista e anticolonial, subverte a cafetinagem dos corpos que os restringe às funcionalidades biológicas ou células de produção isoladas e aposta em corpos que dançam, que compõem, que cocriam e coconduzam – em fluxo, juntos, desvelando processos produtivos que ultrapassam o retorno econômico de curto prazo.
4. Aposta no coletivo, na construção de um comum que potencialize os *afectos* como forma de recomposição das relações. Não há ato solitário. Aposta-se em micropolítica ativa tecida nos encontros que operam em outro sistema de valores, como nas trocas que não estão baseadas em fins; e em ações que não tenham como finalidade a acumulação (KLINGER, 2014). Utilizamos o termo "comum" como empregado por Rolnik (2019, p. 33), em diálogo com Negri e Hard. Comum como campo imanente de pulsão da vida de um corpo social, de modo a direcioná-la na criação de modos de existência para aquilo que pede passagem. Pode-se também pensar sobre a importância do fomento às organizações coletivas de partilha de potência de vida e de cuidado, onde se faz possível que pessoas trabalham sem medo do outro. Segundo a conotação de "casa" dada por Rolnik (1998), "casas-organizações" agregariam ao espaço de trabalho valores de

confiança, afeto, acolhimento, aliança, construção conjunta, transformando radicalmente as possibilidades de atuação individual e coletiva.

5. Aposta na vida. Vida que apenas é se integrada. Em decisões orientadas por bússola ética sustentável, atenta à integração de todos os seres vivos para além do humano. Bússola ética que substitui processo de colonização, de dominação do outro, do meio ambiente, dos recursos naturais, pela aliança; e, assim, destituir a humanidade como parâmetro fundamental para processos decisórios que interfiram no ecossistema que habitamos. Com referência à Butler (2018): "estar vivo é estar conectado com o que é vivo, não apenas além de mim mesmo, mas além da minha humanidade, e nenhum ser e nenhum humano pode viver sem essa conexão com uma rede biológica de vida que ultrapassa o domínio do animal humano" (BUTLER, 2018, p. 33). Ressalta-se integração, conectividade, complexidade no cuidado entre os pares, entre gerações, entre a infraestrutura e as diversas possibilidades de apropriação do espaço.

As pistas acima apresentadas, com base nos estudos de Martins (2021) e Martins et al. (2023), são inspirações, ideias, proposições para a concepção de uma administração menor. Uma administração que tensione o pensar e o fazer das relações sociais produtivas, buscando abarcar a imanência da vida e assim expanda em atenção e cuidado forças e formas de atuação até então não autorizadas (MARTINS et al., 2023). A intenção é contribuir para a expansão dos Estudos Organizacionais, por meio do exame das práticas do dia a dia de pessoas comuns, as quais emanam potências de inventividade, com base nos recursos materiais e imateriais existentes. A intenção é contribuir com uma administração que não busca apenas o lucro ou a métrica, mas a potencialização da vida. Ela ocorre no plano das intensidades, onde o organizar vaza pelas bordas das organizações formais.

2.3. O Corpo como Potência Organizativa

Souza et al. (2015) questionam a visão tradicional de que as organizações são apenas estruturas físicas ou "máquinas" impessoais e propõem uma perspectiva construcionista, na qual a organização é construída socialmente por meio de práticas e discursos, tornando-se, portanto, um processo contínuo e incorporado. O corpo é colocado no centro dos Estudos Organizacionais, argumentando que as organizações não existem apenas nas mentes dos gestores ou nos manuais, mas são vividas, sentidas e performadas pelos corpos dos indivíduos. O poder organizacional é exercido diretamente sobre e por meio dos corpos, e isso inclui: a gestão da aparência, comportamentos, emoções e a regulação de expectativas do que seja um corpo "normal". Além disso, as organizações são compreendidas como um lugar onde corpos interagem, produzem sentidos e são disciplinados. O corpo não é apenas um receptor de ordens, mas um componente ativo da "organizing" (organizar como verbo/prática).

Dessa forma, refuta-se a separação dicotômica clássica entre mente (razão/gestão) e corpo (emoção/trabalho braçal), evidenciando que a subjetividade e a corporeidade são indissociáveis da experiência organizacional. Organizar é, intrinsecamente, um ato de incorporar (in-corporar) práticas, normas e discursos, onde o poder é materializado no corpo dos sujeitos, transformando-o em um campo de batalha e produção de sentido (SOUZA et al, 2015).

É com este gancho teórico que trazemos para a discussão, o pensamento de Deleuze (1998, 2019); para quem, para toda forma, qualquer que seja, um corpo, um espaço, um território, é um composto de forças, um composto de relações de forças. As formas estão no plano do visível; já as forças, no plano do invisível. E são estas forças, extrínsecas aos corpos, que estão entre os corpos, que *afectam* suas formas, não como afeto, sentimento, emoção, mas sim como intensidades e movimentos que modificam/alteram a potência de vida.

Associado à compreensão da vida como um complexo de forças, temos o conceito de rizoma como sistema, um sistema inerente à vida (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Um sistema a-centrado, não hierárquico, de múltiplas conexões, múltiplas entradas e saídas, que muda sua constituição a cada nova relação que estabelece ou desfaz. No rizoma, não há núcleo gerador; se não há princípio, nem fim; o que existe é movimento e intensidades. O que há são forças que atuam concomitantes de forma complexa. E assim, não há como dividir o que se vê, o que se sente, em categorias dicotômicas, excludentes, como: corpo ou mente, sujeito ou objeto, conteúdo ou forma, abstrato ou concreto, passado ou futuro, homem ou mulher, verdadeiro ou falso. Interage-se com fluxos de forças imanentes no infinito presente do agora, formados e deformados por complexas relações de diferentes intensidades.

E para tal fluidez ser possível, é preciso desfazer-se das mochilas de classificações simplificadoras que carregamos e perceber o mundo como uma infinidade de possibilidades de relações conectáveis e desconectáveis, como potência em criação. É preciso perceber o movimento das relações, fluxo que elas percorrem em dado corpo, em dada situação, e perceber suas transformações.

Deleuze e Guattari (1996) explicam que identificamos as relações entre forças pela forma de funcionamento, por seus efeitos nos corpos, que se dão na ordem do macro e do micropolítico. A macropolítica se organiza por classificações, segmentos, linhas. Dentro desta esfera de forças, somos segmentarizados de forma binária, circular, linear, que, de certa forma, recaem a um centro. A macropolítica está estratificada em categorias que condicionam a vida no plano de organização, que nos subdivide em diferentes classes, gênero, cor, escolaridade, nacionalidade, endereços. São estas as segmentaridades molares que funcionam por sobrecodificação, por classificação e exclusão. Elas "contornam a vida em linhas duras, administra o cotidiano e a experiência em formas visíveis e instituídas" (ROMAGNOLI, 2017, p. 424).

Já a micropolítica se faz perceptível nos fluxos das intensidades, nos fluxos (de crenças e de desejos), no movimento das intensidades que atravessam os estratos, os territórios, os corpos, pela natureza de sua "massa". Situada no plano de consistência ou composição, a micropolítica pulsa e não se subdivide em estamentos. São as segmentaridades moleculares, os agenciamentos moleculares, os movimentos imprevisíveis das forças, por exemplo, a micropolítica do desejo — "microformações que moldam as posturas, as atitudes, as percepções, as antecipações, as semióticas" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 85). A micropolítica é molecular e sempre invisível, e ora remete a segmentações finas da macropolítica, ora às forças de resistência. Assim, ela diz dos microfascismos e das invenções, que são conquistadas nas relações. Assim, "pode atuar tanto para oprimir, quanto para sustentar agenciamentos com forças inéditas, produzir processos inventivos" (ROMAGNOLI, 2017, p. 424). A micropolítica diz sobre os efeitos moleculares invisíveis, reativos (microfascismos) ou ativos (inventivos), que determinam o fluxo da vida (ROLNIK, 2019).

Há que ressaltar que, para Deleuze e Guattari, "tudo é política". Não há como dissociar uma da outra. "[…] A macro e a micropolítica estão entrelaçadas e uma perpassa a outra, são inseparáveis pois coexistem" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 82). Eles explicam que "a linha de segmentos (macropolítica) mergulha e se prolonga num fluxo de quanta (micropolítico) que não para de remanejar seus segmentos, agitá-los" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 89). "O processo de segmentaridade, a formação de estratos homogêneos que classificam e atuam como modelos, age no molar/macro e ainda no molecular/micro por meio de segmentações finas, que atuam como territórios que aquietam e nos acomodam ao conhecido" (ROMAGNOLI, 2017, p. 424). O macro determina, condiciona e vibra no micro, e vice e versa.

Assim, o consumo de identidades pré-fixadas, sejam como trabalhadoras, operárias, serventes, mulheres, seja como velhas, segundo os interesses da economia de produção capitalista, substitui formas ativas de reinvenção e germinação de outros modos de existir

singulares; “debilita a potência coletiva de criação e cooperação” (ROLNIK, 2019, p. 150). Na contramão, buscamos contribuir com formas de pensar resistentes às determinações hegemônicas: “secreta, lateral, estendida, oposta às ramificações visíveis, verticais das árvores ocidentais do conhecimento; defensoras de bases móveis para uma visão pós-humanista da subjetividade, […] onde são possíveis corpos andrógenos, unissex e sem idade” (BRAIDOTTI, 2000, p. 98). Parcialidade e a não universalidade são as condições de se fazer ouvir corpos, sempre complexos, contraditórios, estruturantes e estruturados, em contraposição ao simplismo de um lugar nenhum da ciência positiva. Vivemos desde lugares específicos, dentro de limites e contradições, desde uma “corporificação finita continuada” (HARAWAY, 1995, p. 34).

Butler (2007, p. 281) concebe as identidades como práticas. Estas que significam, o que resulta conceber os “sujeitos como resultado de um discurso delimitado por normas”. Discursos inscritos nos atos que dão significado ao mundo e que são generalizados nos usos da linguagem. Assim, “atos, gestos e realizações são performados no sentido de que a essência ou a identidade que pretendem afirmar são invenções fabricadas e preservadas mediante signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2007, p. 266). Ou seja, segundo a autora, não há definição fechada do que somos ou podemos ser. Os conceitos que utilizamos para nos identificar são resultantes de nossas práticas, de nossas construções diárias que, de tanto dizer, fazer e repetir, não questionamos e naturalizamos sua existência. O corpo não é um ser, senão, um limite variável. O corpo é uma superfície cuja permeabilidade está politicamente regulada.

Dessa forma, partimos aqui do pressuposto que o corpo atua como zona micropolítica que in(corpora) relações de poder e resistência, subvertendo a lógica da produtividade funcionalista (SOUZA et al., 2015). Por esta lente, podemos pensar que a organização é um artefato estético construído pelo conhecimento sensível e a materialidade do corpo, onde movimentos cotidianos definem o “organizar”, sempre como um processo (VERGARA, 2008; STRATI, 2007). O corpo é a unidade micropolítica onde forças heterogêneas se encontram, onde o desejo produz realidade e onde a resistência se materializa. E a micropolítica do cotidiano ensina que, ao habitar o espaço de forma criativa, o corpo afirma sua potência de vida, agenciando-se para existir contra a sobrecodificação das estruturas macropolíticas.

Não há separação ontológica entre o sujeito da produção e o sujeito da reprodução social; existe apenas um corpo agenciado que atua intensivamente em diferentes planos. O trabalho reprodutivo (o cuidado) e o produtivo se misturam na trajetória diária desse corpo, desfazendo as fronteiras molares que tentam compartimentar a existência. O corpo que trabalha é o mesmo que dança, que sente dor, que cuida e que se organiza para existir, que reescreve o espaço, criando "espaços narrados" e desvios que transformam o "lugar" (geográfico e funcional) em "espaço" (vivido e relacional).

O movimento é, portanto, uma força de desterritorialização que reinventa o cotidiano. O corpo não apenas "está" no espaço; ele organiza o espaço através do movimento. Sob a ótica da micropolítica do cotidiano de Deleuze e Guattari (1996), o corpo produz espaço ao habitá-lo, dançá-lo e senti-lo. Essa perspectiva se alinha ao conceito de "artes de fazer" de Michel de Certeau, onde as práticas cotidianas (o caminhar, o cozinhar, o habitar) operam como "trajetórias" que subvertem a ordem geométrica planejada do espaço urbano (DE CERTEAU, 2012).

3 Discussão: O Bailinho como Laboratório do Organizar

> Pergunto à Helena o que ela percebeu de mudança em sua vida depois que começou a dançar. Ela responde, citando as palavras do irmão que a apoia: “quando eu falo com ele que eu vou parar de dançar, ele fala: ‘não para! Primeira coisa: quando você sai para dançar, você preocupa em pintar o cabelo, tomar um banho mais bem tomado,

> botar uma roupa nova, fazer uma unha. Ou seja, em se cuidar'. Então a mulher que sai para dançar, ela se cuida mais. Segundo: agilidade. Dançar me dá agilidade. Terceiro: ânimo. Por exemplo, ontem eu limpei essas cadeiras. Limpei os detalhes, lavei as cortinas e poli o bastão. Isso foi na sexta, por quê? Dancei na quinta. Limpei tudo. E, também, tem a questão da música. Me modifica quando toca 'Maria Helena', 'Amigos para Sempre'. Um pouco depois, na sala, ela complementa a fala do irmão de antes. Diz que no bailinho ela movimenta o corpo, que há a emoção da música, e que também rola namoro, rolam possibilidades de encontro que ajudam na solidão. Isso ela diz assim, balançando ao ritmo da música, se deliciando. Ela diz que a música preenche a alma, que ouvir uma boa música muda seu dia (Fragmento do diário de bordo dia 19.10.2019).

Voltamos às 16 entrevistas realizadas e recortamos as palavras utilizadas pelas senhoras para descreverem os benefícios da dança em seus corpos. Além do depoimento de Helena, que destacamos acima, as palavras encontradas foram: saúde; disposição e ânimo; cura de diabetes; cura pressão alta; faz dormir melhor; agilidade, equilíbrio e força física; mudança na alimentação, no prazer, no sexo; faz sair de casa e possibilita encontros; neurose (se praticada todos os dias); possibilita conhecer gente e gerar novas relações, namoros, romances; distrai e dá prazer; faz esquecer; nos deixa mais cuidadosas com nosso corpo, aumenta a vaidade, dá elegância; glamour; muda a rotina; muda o estado de espírito, dá alegria.

Com as falas, percebemos que as forças com as quais a dança interatua perpassam uma dimensão física, que diz sobre a disposição e a força física; uma dimensão social ou interpessoal, que diz sobre o estar junto; e de uma dimensão pessoal, intersubjetiva, que diz sobre a relação consigo mesmo, com a dor, o prazer, ou satisfação de existir, da angústia e alegria de viver. Todas estas dimensões atuam conjuntamente, são inseparáveis. A disposição física facilita a alegria, e vice-versa. Os encontros e os namoros mudam o estado de espírito das senhoras. E que todas as outras forças que compõem o território da dança de salão (o fetiche à riqueza e ao glamour, à competição entre os casais, a rivalidade entre alguns, o sexismo das regras da dança de casal) estão entranhadas às três dimensões. São, deste modo, formas de sentir emaranhadas do tecido social, fazendo com que a dança escape às tentativas de homogeneização do ato ou, ainda, fugindo, por meio das brechas e fissuras, da compreensão totalizante do fenômeno, assim como ocorre no questionamento de uma gestão universal (CARRIERI et al., 2014, CABANA; ICHIKAWA, 2017; MARTINS et al., 2023).

Diante dessa profusão, uma palavra que nos *afectou* foi "esquecer-se". Repetida várias vezes, ela traduzia o que sentíamos ao observá-las. Efigênia, Guilhermina, Judite, Amélia, Dora, Helena, Luzia, Cleuza diziam que as danças as deixam mais leves e que as fazem esquecer. Esquecer das coisas de casa, do passado, de dores, do marido, das brigas, dos filhos e de si mesmas. Quando pedíamos que elas explicassem esse esquecer, falavam de um deixar-se levar pelo ritmo, sozinhas ou com o outro, de um modo que se torna possível "descansar a cabeça", "não pensar em nada", "não se preocupar". Esquecer-se de tudo aquilo que não está ali, naquele momento, no presente. Esquecer-se das coisas que estão "lá fora". "Deixo as coisas de casa lá fora". "Aqui eu só tenho horário para chegar, e danço até esquercer-me". Quando dançam, dizem esquecer-se de tudo que não é o agora. Dizem até esquecer-se da hora de ir embora. Esquecem o próprio corpo. Não sentem o cansaço. Dona Jandira dança por quatro horas seguidas sem perceber o tempo passar, mesmo que, no outro dia, fique de cama. Assim como na gestão, esses atos escapam dos modelos de gestão, se tornando incompatíveis com o que o sistema econômico vigente espera dos corpos velhos (BARRETO, 2018). O dançar é uma astúcia, uma inversão improdutiva, um uso do tempo para se esquecer, descomprometido com os métodos eficientes e eficazes de uma gestão inventada para rentabilizar (MARTINS et al., 2023).

Míriam Strack (2017), professora de dança de salão e pesquisadora, em seu mestrado descreve um estado de fluxo livre bastante parecido com as descrições que encontramos. São

momentos na dança de intenso prazer em que corpo e mente são indissociáveis, não se percebe o tempo passar e movimenta-se com uma determinada concentração, sem esforço, em que tudo parece estar integrado: o corpo, a mente, os tempos, o outro, a música. Nestes momentos, não existem certo ou errado, eu e o outro, condutor e conduzido, apenas fluxo, em práticas relacionais que podem ser, como a gestão ordinária, afetivas e sensíveis (FUJIMORI; ICHIKAWA, 2023; MARTINS; CORREIA, 2023; ROSA et al., 2025).

Assim também percebemos aquelas senhoras. Percebemos que, mesmo que seja por alguns momentos, ao dançarem, ao mesmo tempo que se esquecem de si mesmas, esquecem-se das cobranças, das faltas, dos aprisionamentos, e revolucionam o que pensam e sentem sobre si mesmas. Transformam-se em obra de arte, como escrito na parede de Helena. Entregam-se ao plano intensivo de forças, sem expectativas de um "eu", estão fora de si mesmas na experimentação de movimentos, de corpos outros, de espaço-tempo outro. Expandem, assim, as diferentes possibilidades de existirem. Elas dizem experimentar criança. Rodam a saia. Dançam sozinhas. Convidam homens para dançar. Transgridem regras. Elas desorganizam expectativas. Compõem novas interações de vida. Desprendem-se do antigo "eu" que dançava, do antigo corpo. Lançam-se a dimensão sutil, e, assim, "a percepção torna-se molecular, já que adquirem uma sensibilidade de captar a dimensão sutil do movimento" (MOEHLECKE; FONSECA, 2005, p. 57).

Deleuze e Guattari, no livro Anti-Édipo, publicado em 1972, retomam conceito criado por Antonin Artaud, o corpo sem órgãos, para definir situação em que o corpo, no plano do intensivo, não é obstáculo que separa o pensamento de si mesmo, ou o corpo deixa de ser aquilo que deve ser superado para conseguir pensar. "É, ao contrário, aquilo que ele mergulha ou deve mergulhar, para atingir o impensado, isto é, a vida" (DELEUZE, 1992, p. 227). Vislumbra-se a possibilidade de experimentação de corpos esvaziados, de corpos desorganizados, do que resta quando "tudo foi retirado: os fantasmas, o conjunto de significâncias e as subjetivações" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 10). Ou seja, corpo isento de moralismos, da falta, da culpa, de idealização, de expectativa, de projeção. Corpo apenas potência. Potência despreocupada com funcionalidade ou utilidade (SOUZA et al., 2015).

Munhoz (2011), tendo o corpo sem órgãos como referência, defende o conceito de corpo-dança, para o estado de relação entre corpo-mente-tempo-espaço subversiva, revolucionária. Uma relação de integração em que não há separação, idealização ou projeção. Há um todo integrado no aqui e no agora. Muito diferente da constituição do sujeito moderno, ao qual nossa subjetivação está atrelada, onde o corpo é tido assim como máquina. Máquina de produção e reprodução. Com seus tempos, processos e funções desenhados e determinados para a melhor eficiência e eficácia do espaço-tempo econômico (FEDERCI, 2017; CARRIERI; CORREIA, 2020). Novamente para Munhoz (2011, p. 24), o corpo-dança "existe na virtualidade, no lugar e tempo sem forma, no pensamento leve, no anonimato", tomando a dança como experimentação da diferença. Isso porque, quando as senhoras se esquecem de "tudo lá fora" e jogam-se ao instante, ao evento, elas desfazem o tempo e o espaço, tornam-se sensíveis à existência, em que não há diferença entre agir e pensar. Neste singular espaço-tempo-corpo-dança,

> o corpo cria o seu próprio lugar e é nesse lugar, no vazio, que ele se diferencia. Ao criar vácuos, o corpo-dança ocupa o lugar como um contínuo que se desterritorializa. [...] Não tem identidade, registro de nascimento, cadastro, categoria. Não pertence a nenhuma escola, fundação ou teoria. Não quer ensinar nada a ninguém, nem passos, nem saltos, nem gestos ou alongamentos. Não quer palco, nem música, figurino ou personagem. Quer apenas a intensidade (MUNHOZ, 2011, p. 27).

É certo que o corpo-dança é perpassado por forças que o aprisionam, quando, sim, lembram-se da família, do parceiro que quebra a cocondução, da plateia, da roupa desajustada.

Mas existem instantes em que estas formatações são suspendidas. São estes instantes, são estes momentos moleculares que poderíamos identificar das forças de fuga desse corpo que dança, ou ainda, do corpo que organiza suas existências por meio da aposta na potência, esquecendo das ausências para ampliar as invenções como da administração menor (MARTINS et al., 2023).

Nestes instantes, quando os corpos são afetados por essa não organicidade, sendo apenas potência, corpo e mente se integram em pura intensidade. Intensidade que se desvincula de imagens pré-determinadas do que venha a ser mulher e velha e afunda-se em devir que transforma seu estado de consciência do que é possível ali e agora.

Segundo Moehlecke e Fonseca (2005, p. 53), a sensação da passagem do tempo, ao dançar, denota a complexidade envolvida neste processo. Há tempos em que o corpo atende à linearidade, respeitando a ordem dos movimentos e sua harmonia com a música; é um tempo enquanto arborescência, manutenção e conservação de sentidos. Contudo, a dança também suporta o tempo como rizoma. O bailarino, ao dançar, "sente os devires tomarem e transportarem seu corpo para novos corpos; ele sente o tempo rachando, cindindo-se, descentrando-se e crescendo pelos meios. Às vezes é como se o tempo escoasse por entre os gestos do bailarino, num único instante".

A senhora de saia de crochê que dança sozinha num canto e que exala prazer em seu movimento, esquece-se de si, das suas imagens e do que pode ser. Apenas é, sempre diferente. Ou seja, o corpo-dança dá passagem à "pluralidade de intensidades nômades que atravessam corpos e pensamentos" (MUNHOZ, 2011. p. 28). Corpo-dança que compõe diferenças e não se preocupa com padrões anteriores. Corpo-dança que "eleva a potência do corpo a grau máximo e o abre para novos possíveis" (MUNHOZ, 2011, p. 29).

Buscando relacionar diretamente com o universo organizacional, os relatos das senhoras entrevistadas nos alertam para a importância da atenção à dimensão corporal em processos decisórios e na rotina de trabalho. No campo da imanência, mente e corpo estão completamente imbricados, são indissociáveis. Dançam juntos. É preciso validar as sensações, os limites, as proposições dos corpos em seus espaços, bem como para o que ele aponta, para onde os corpos fluem. É preciso validar as dores, os incômodos, suas doenças, bem como suas facilidades, encantamentos, e momentos em que o fazer está embebido em vitalidade.

No campo de imanência, desprende-se da ideia de identidade ou individualidade. E, ao conectar-se com as forças do impessoal, o corpo que dança se abre para a criação de novos contornos/formatos do coletivo (MOEHLECKE; FONSECA, 2005). Apostamos nestes estados de novos possíveis. Apostamos que, nestes lampejos de suspensão do tempo-espaço, que neste estado em que o corpo experimenta outro estado de consciência e relação com o mundo, faz-se possível (des)organizar processos de distintas maneiras. Processos em que o cuidar-se, o prazer, a relação com o outro possam estar em harmonia com a produção. Que o cuidado com o outro, a solidariedade, os laços de amizade, possam coexistir aos interesses econômicos. Por fim, que a validação da dimensão corporal potencialize vida e energia necessária para encontrar alternativas àquilo que se apresenta como "pronto".

Mesmo que não seja absoluto. Mesmo que não seja o tempo todo. Mesmo que não tenham suas contradições e violências. Mesmo que também repliquem uma série de opressões sexistas, classistas, racistas, utilizando o vocabulário de Rolnik (2019), é possível pensar que o grupo que frequenta o bailinho também combate junto a "cafetinagem de pulsão", denunciado pela autora: cafetinagem que retira e coloniza nossa energia de vida, engrenagem do sistema capitalista de produção. E, combater a tal cafetinagem implica construir para si outro tipo de corpo, um corpo que dança, "abandonando a carapaça de um corpo estruturado na dinâmica do abuso. [Para] construir territórios relacionais temporários. Territórios onde se produzem sinergias coletivas, provedoras de um acolhimento recíproco que favorece os processos de

experimentação de modos de existência distintos dos hegemônicos, valorizando e legitimando a sua ousadia" (ROLNIK, 2019, p. 141).

Para Lazzarato (1998), são estes espaços onde haveria a possibilidade de se inventar dispositivos de produção de subjetividade que correspondam ao tempo potência, tempo de vida, em que a subjetividade não esteja atrelada aos processos de subjetivação em nosso cotidiano. Parece que tia Naná, idealizadora do Bailinho, viabilizou a construção conjunta deste tipo de espaço. Espaço político de invenção de subjetividade, imagem, velhice, mulher, casa e família e que cria em nós um olhar para repensar a própria gestão, o próprio olhar para o organizar da vida cotidiana.

Assim, teorizamos que há potência subversiva dessas mulheres contra as precarizações inerentes à instituição: casa-corpo. Entendendo casa-corpo, como mulheres, o corpo constitui instituição de aprisionamento, se entendermos o performar mulher diretamente relacionado ao modelo de produção capitalista em que o útero e a maternidade são peças fundamentais para a produção e reprodução da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho (FEDERICI, 2017). Como bem coloca Preciado (2019, p. 80, 81) com referência a Federici (2017): "no capitalismo colonial, o útero constituiu-se como um órgão-trabalho, cuja produção de riqueza biopolítica foi totalmente expropriada e oculta sob a cobertura de uma função puramente biológica. […] Simultaneamente, a atividade reprodutiva é investida de uma mais-valia simbólica (a realização da mulher através da maternidade), que assegura e intensifica sua captura".

Neste sentido, o corpo cumpre sua função casa, domicílio doméstico e privado, primeiro território colonizado, que restringe significativamente as possibilidades do ser. Em sentido contrário, estas mulheres que dançam contam sobre um corpo que expande quem são, que potencializa a vontade de viver, que lhe permite ser como estão, subvertem o sentido domesticável que foi atribuído historicamente ao corpo da mulher. Corpo associado à alegria e potência, associado à casa no sentido de lugar da espontaneidade e tranquilidade de "ser sendo" (ROLNIK, 1998) sem comparações, faltas e erros. Corpos vaga-lumes, corpos que faíscam, corpos que brincam na escuridão. Com a dança elas transitam entre uma casa-corpo de aprisionamentos e uma casa-corpo de libertações (mesmo que momentâneas), subvertendo e possibilitando vida. Pequenas doses que transvaloram o veneno em alegria.

Dessa forma, revolucionando o espaço-tempo casa-corpo, no Bailinho da Tia Naná, o tempo da "aposentadoria" (visto pelo capital como tempo de sobra/reprodutivo) é transformado em tempo de criação organizativa. A dança e o corpo em preparação para o estado de baile são, em si, atos organizativos de si mesma e do coletivo. Assim, valida-se a experiência do organizar como processo no cotidiano em territórios existenciais. Em baile, as mulheres organizam redes de afeto, logística de deslocamento e performances que desafiam a lógica da "velhice improdutiva", evidenciando que "tudo é política", não havendo hiato entre as ações domésticas, o cuidado e a ocupação do espaço público. Tudo faz parte de um mesmo fluxo de práticas organizativas. Validar o corpo é validar a agência política de quem foi marginalizado pela Administração Maior. O organizar é, portanto, uma resistência cotidiana inscrita na pele e no gesto.

4 Considerações Finais

O cotidiano abarca uma multiplicidade complexa de códigos, referências, interesses pessoais e relacionais, histórias e memórias, além de experiências coletivas. Nesse contexto, constitui também uma forma de resistência às operações de poder que buscam impor modelos uniformizadores, passando a ser compreendido como espaço de produção sensível da vida, no qual sujeitos ordinários reinventam seus atos. O cotidiano configura-se, assim, como um campo de disputas em que táticas reapropriam tempos, espaços e corpos, transformando a vida ordinária em potência organizativa. É nesse movimento que o organizar emerge como prática

micropolítica e corporal (SOUZA et al., 2015), inscrita nos gestos cotidianos e reveladora de que a sustentação da vida comum ocorre por meio de saberes sensíveis, afetivos e relacionais.

Experimentar o mundo a partir das sensibilidades do cotidiano, demanda compreender os modos pelos quais sujeitos ordinários organizam suas existências, *locus* que emerge formas menores de administração capazes de sustentar a vida para além das racionalidades produtivistas do *mainstream* da Administração. Uma administração menor então tensiona o pensar e o fazer das relações sociais, buscando abarcar a imanência da vida, expandindo em atenção e cuidado forças e formas de atuação até então não autorizadas (Martins et al., 2023).

Nesse texto, contribuímos com uma administração que não busca apenas o lucro, a eficiência ou a métrica, mas a potencialização da vida. Ela ocorre no plano das intensidades, onde o organizar vaza pelas bordas das organizações formais. Brincando com o significado da palavra *menor* para Deleuze e Guattari (1977), aposta-se: na potência, e não no problema, ou falta; nos saberes múltiplos, na diversidade de possibilidades de entradas e saídas, nas diversas possibilidades de invenção da vida; no corpo sem órgãos; no coletivo, na construção de um comum que potencialize os *afectos* como forma de recomposição das relações; e em decisões orientadas por bússola ética sustentável, atenta à integração de todos os seres vivos para além do humano.

Dados estes pressupostos, nos orientamos pelo entendimento de que o corpo atua como zona micropolítica que in(corpora) relações de poder e resistência, subvertendo a lógica da produtividade funcionalista (SOUZA et al., 2015). Por esta lente, o corpo é a unidade micropolítica onde forças heterogêneas se encontram, onde o desejo produz realidade e onde a resistência se materializa. E ao habitar o espaço de forma criativa, o corpo afirma sua potência de vida, agenciando-se para existir contra a sobrecodificação das estruturas macropolíticas.

Dessa forma, não há separação ontológica entre o sujeito da produção e o sujeito da reprodução social. O trabalho reprodutivo (o cuidado) e o produtivo se misturam na trajetória diária desse corpo, desfazendo as fronteiras molares que tentam compartimentar a existência. O movimento é, portanto, uma força de desterritorialização que reinventa o cotidiano. O corpo não apenas "está" no espaço; ele organiza o espaço através do movimento. Neste sentido, o corpo cumpre sua função “casa”, domicílio doméstico e privado, primeiro território colonizado, que restringe significativamente as possibilidades do ser. Mas também, as mulheres que dançam contam sobre um corpo que expande quem são, que potencializa a vontade de viver, que subverte o sentido domesticável que foi atribuído historicamente ao corpo da mulher.

Revolucionando o espaço-tempo casa-corpo, no Bailinho da Tia Naná, o tempo da "aposentadoria" (visto pelo capital como tempo de sobra/reprodutivo) é transformado naquele de criação organizativa. Valida-se a experiência do organizar como processo no cotidiano em territórios existenciais. Em baile, as mulheres organizam redes de afeto, logística de deslocamento e performances que desafiam a lógica da "velhice improdutiva", evidenciando que “tudo é política”, não havendo hiato entre as ações domésticas, o cuidado e a ocupação do espaço público. Tudo faz parte de um mesmo fluxo de práticas. O organizar é, portanto, uma resistência cotidiana inscrita na pele e no gesto. Os Estudos Organizacionais Críticos sob a lente da Administração Menor exige "descer" ao nível do chão, do corpo e do cotidiano. A verdadeira transformação do "organizar" ocorre quando reconhecemos (e cuidamos!) a potência política das vidas e dos corpos ordinários.

Referências

BARRETO, R. **Cartografia dos modos de ser da velhice e do trabalho rurais no Médio Vale do Jequitinhonha**. 2018. Tese (Doutorado em Administração) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

BARROS, A.; CARRIERI, A. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, p. 151-161, 2015.

BARROS, A.; CRUZ, R.; XAVIER, W.; CARRIERI, A.; LIMA, G. Apropriação dos saberes administrativos: um olhar alternativo sobre o desenvolvimento da área. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 5, p. 43-67, 2011.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BETHONICO, M.; ROMAGNOLLI, R. Deslocamentos deleuzianos na pesquisa em artes visuais: estratégias para uma prática híbrida através da imagem. **Revista Digital do LAV**, v. 9, n. 1, p. 63-88, 2016.

BRAIDOTTI, R. **Sujetos nómades: corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

BRIDGMAN, T.; CUMMINGS, S.; BALLARD, J. Who built Maslow's Pyramid? A history of the creation of Management Studies' most famous symbol and its implications for Management Education. **Academy of Management Learning & Education**, v. 18, n. 1, p. 81-98, 2019.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad**. Barcelona: Paidós, 2007.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CABANA, R.; ICHIKAWA, E. As identidades fragmentadas no cotidiano da Feira do Produtor de Maringá. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 81, p. 285-304, 2017.

CARRIERI, A. **A gestão ordinária**. 2012. Tese (Professor Titular) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CARRIERI, A. Produção social do cotidiano: histórias e memórias da gestão na vida organizada nas/das sociedades. In: SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. (org.). **Estudos organizacionais e sociedade**. Porto Alegre: Fi, 2023.

CARRIERI, A.; CORREIA, G. Estudos Organizacionais no Brasil: construindo acesso ou replicando exclusão? **Revista de Administração de Empresas**, v. 60, n. 1, p. 59-63, 2020.

CARRIERI, A.; PERDIGÃO, D.; AGUIAR, A. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **Revista de Administração**, v. 49, n. 4, p. 698-713, 2014.

COOPER, R. Organs of process: rethinking human organization. **Organization Studies**, v. 28, n. 10, p. 1547-1573, 2007.

COOPER, R. The generalized social body: distance and technology. **Organization Studies**, v. 17, n. 2, p. 242-256, 2009.

CORREIA, G.; CARRIERI, A. O cotidiano de negócios familiares em Matozinhos/MG. **E&G - Revista Economia e Gestão**, v. 19, p. 101-117, 2019.

DAHER, S.; BAUER, A.; SEIFERT, R. Potencialidade e manifestação: uma experiência do perspectivismo ameríndio, um convite para repensar o conceito de organização. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 22, n. 6, e2023-0062, 2024.

DAVEL, E.; FANTINEL, L.; RODRIGUES, C. Teorização no transe da crise: política, organizações e pesquisa no pensar em círculos. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 95, p. 614-619, 2020.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 2012.

DELEUZE, G. **Espinosa e o problema da expressão**. Paris: Minuit, 1968. Disponível em: https://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=. Acesso em: 13 maio 2026.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DELEUZE, G. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka: por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Micropolítica e segmentaridade. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 3. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 83-115.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: rizoma. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DIDI-HUBERMAN, G. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUJIMORI, D.; ICHIKAWA, E. Práticas cotidianas e processos de territorialização: dando visibilidade à informalidade vivenciada nos semáforos. **Gestão & Regionalidade**, v. 39, e20238070, 2023.

GIACÓIA, O. Corpo: ponte para o mundo. In: **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

GOUVÊA, J.; CABANA, R.; ICHIKAWA, E. As histórias e o cotidiano das organizações: uma possibilidade de dar voz àqueles que o discurso hegemônico cala. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 5, n. 12, p. 297-347, 2018.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

KLINGER, D. O sentido da escrita. In: KLINGER, D. **Literatura e ética: da forma para força**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014. p. 49-85.

KLOZOVSKI, M.; ICHIKAWA, E.; ANGNES, J. A gestão ordinária na comunidade quilombola Paiol de Telha no Paraná: memórias das lideranças sobre as práticas cotidianas antes da expulsão do território. **Organizações & Sociedade**, p. 1-32, 2024.

LAZZARATO, M. Para a definição do conceito de “bio-política”. **Revista Lugar Comum**, n. 6, p. 81-96, 1998.

MARTINS, P. **Por uma administração menor: cartografando vida de mulheres que dançam no Bailinho da Tia Naná e inventam outras velhices**. 2021. Tese (Doutorado em Administração) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

MARTINS, P.; CORREIA, G. Histórias, memórias e saberes populares. In: SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. (org.). **Estudos organizacionais e sociedade**. v. 1., 2023. p. 75-113.

MARTINS, P.; CORRÊA, M.; CARRIERI, A. For a minor administration: the case of the Bailinho da Tia Naná. **Organizações & Sociedade**, v. 30, n. 105, p. 329-359, 2023.

MOEHLECKE, V.; FONSECA, T. Da dança e do devir: o corpo no regime sutil. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, v. 17, n. 1, p. 29-44, 2005.

MUNHÓZ, A. Flutuações de um corpo-dança. **Revista Repertório**, v. 16, p. 24-30, 2011.

OLIVEIRA, L. **Por um cuidado menor: mulheres, violências e psicologia(s) feminista(s)**. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

PAÇO CUNHA, E. Ontogênese e formas particulares da função de direção: introdução aos fundamentos históricos para a crítica marxista da administração. In: PAÇO CUNHA, E.; FERRAZ, D. L. **Crítica marxista da administração**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2018. p. 15-62.

PELBART, P. **O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento**. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

PRECIADO, P. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

ROLNIK, S. Subjetividade antropofágica. In: HERKENHOFF, P.; PEDROSA, A. (org.). **Arte contemporânea brasileira: um e/entre outro/s**. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1998. Disponível em: https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Subjantropof.pdf. Acesso em: 20 maio 2026.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

ROMAGNOLI, R. Transversalizando as políticas públicas: quando a intersetorialidade se torna rizomática. **Psicologia em Estudos**, v. 22, n. 3, p. 421-432, 2017.

ROSA, K.; TESSARANI JUNIOR, G.; CARRIERI, A. Gestão ordinária e cotidiano: contribuições aos estudos de organização e gestão para uma outra administração. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 23, n. 5, e2024-0036, 2025.

SOARES, C. **Corpo e história**. São Paulo: Autores Associados, 2022.

SCHÖPKE, R. **Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade**. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; EDUSP, 2004.

SOUZA, E.; COSTA, A.; PEREIRA, S. A organização (in)corporada: ontologia organizacional, poder e corpo em evidência. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, p. 727-742, 2015.

STRACK, M. **Dança de salão: cartografia de uma abordagem feminista**. 2017. Dissertação (Mestrado em Artes) — Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

STRATI, A. **Organização e estética**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TÓTORA, S. **Velhice: uma estética da existência**. São Paulo: EDUC, 2016.

VERGARA, S. C. Organização e estética. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1207-1208, 2008.

VIZEU, F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 37-47, 2010.

WANDERLEY, S.; BARROS, A. Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda. **Management & Organizational History**, v. 13, p. 79-97, 2019.

WANDERLEY, S.; BAUER, A. "Tupi, or not Tupi that is the question": perspectivismo ameríndio e estudos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 60, n. 2, p. 144-155, 2020.

WANDERLEY, S.; ALCADIPANI, R.; BARROS, A. Re-centering the Global South in the making of business school histories: dependency ambiguity in action. **Academy of Management Learning & Education**, v. 20, n. 3, p. 361-381, 2021.